

Estudo Técnico Preliminar 5/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 08410.004600/2022-41

2. Descrição da necessidade

2.1 A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí, não dispõe, em seu quadro de pessoal, de recursos humanos para o atendimento desses serviços, especificamente para a finalidade pretendida. Assim sendo, para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada torna-se necessária a terceirização dos serviços de Limpeza de fossa séptica, sumidouro e reservatório de reuso executada através de hidrojateamento a alta pressão com regulagem, combinado com sistema de sucção a alto vácuo, por equipamento e caminhão especializado, com fornecimento de todo material necessário para prestação dos serviços, bem como a responsabilidade de destino dos dejetos em local apropriado de acordo com o código de postura da cidade de Teresina/PI, a serem executados de forma indireta.

2.2 O Decreto-Lei nº 200/67, em seu art. 10, §7º, autoriza a Administração a contratar a execução de tais tipos de atividades para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

2.3 A Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MPDG, prevê a contratação do objeto:

Dos Serviços Passíveis de Execução Indireta

Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria.

§1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

2.4 Assim, considerando que os serviços pretendidos são necessários e imprescindíveis ao funcionamento da SR/PF/PI, bem como que tais serviços não possuem correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal próprio, consideramos plenamente justificada a presente demanda, não empregando ainda o regime de mão de obra exclusiva.

2.5 Os serviços justificam-se, mais especificamente:

Serviços de Limpeza de Fossa Séptica:

Considerando o elevado número de servidores lotados no órgão, bem como a enorme e contínua presença de visitantes na unidade, sabendo-se se tratar de um prédio já utilizado anteriormente para o fim de prestação de serviços educacionais, sem acesso à rede sanitária do município e, portanto, haver a presença de diversas instalações sanitárias, com coleta e armazenamento de dejetos, é necessária e essencial a contratação de empresa especializada em limpeza de suas fossas sépticas.

Trata-se ainda de serviços essenciais para propiciar um ambiente salubre para os funcionários e usuários externos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gestão Predial/SR/PF/PI	Fernando José Barbosa de Moura Castro

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Definição apresentada na Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de serviços contínuos:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.2 No caso em concreto, considerando que os serviços a serem contratados visam manter as instalações prediais da instituição em perfeita ordem, higiene e consequentes condições de uso da instituição.

4.3 A interrupção dos serviços geraria prejuízo ao desempenho das atividades fins e acessórias, visto que visam manter as condições de higiene e salubre aos usuários internos e externos.

4.4 Por se tratar de serviço de caráter continuado, o contrato deverá ter inicialmente vigência de 5 anos, contado da data da assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1 A vigência plurianual de 5 anos, justifica-se por vantagens econômicas e processuais, com menor dispêndio em mão-de-obra quando das prorrogações em trabalhos repetitivos e trâmites processuais longos que empregam muito tempo da pouca mão-de-obra disponível da instituição.

4.5 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, e enquadram-se nos pressupostos do Art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019. E não se constitui em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, cuja execução indireta é vedada.

4.6 Trata-se de serviços de pequeno valor e ainda realizados sob demanda, no caso, a exigência de garantia viria apenas a onerar a Administração, visto que o fornecedor incluiria seu custo no valor final dos serviços.

4.7 Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

4.7.1 A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

4.8 Quanto às cooperativas, não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União e ao disposto no art. 10 da IN nº 5 /2017, por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados.

4.5 Sustentabilidade Ambiental

4.5.1 Sustentabilidade: A CONTRATADA fica obrigada a adotar os termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, no que couber.

4.5.2. Será exigida, ainda, do licitante vencedor a apresentação da seguinte documentação, com plena vigência de seus respectivos prazos:

a) Certificado de Registro junto ao IBAMA- A certidão de regularidade de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, poderá ser obtida pelo seguinte caminho de acesso: https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php;

c) Certificado de regularidade, junto à Secretária Municipal de Meio Ambiente-SEMAM, na ausência dessa secretaria, o órgão estadual correspondente;

d) Licença Sanitária, junto à vigilância sanitária do município, na ausência dessa, o órgão estadual correspondente.

4.5.3 Quanto da apresentação da Nota fiscal/fatura a contratada apresentará comprovante de descarrego de dejetos, junto à Companhia de Águas e esgotos;

4.6 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.7 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa fornecedora do objeto deste processo administrativo dado que este é de caráter acessório e de apoio, nos termos do Art. 48, caput da Lei 14.133/2021.

5.2. Pelo exposto, justifica-se como solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

5.3. Definida esta linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência dos serviços, no caso, deve-se seguir as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, utilizando os seguintes meios de precificação:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução apontada pelo presente estudo é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados, via execução indireta, sem o emprego de mão de obra exclusiva de Limpeza de Fossas Sépticas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Os quantitativos tem como base o histórico da contratação e cálculo de necessidades.

7.1.1 216m³ é a quantidade anual estimada.

* Para definição da quantidade necessária não há metodologia simples de calculo visto a saturação do solo em absorver os dejetos, sendo assim, utilizou-se do histórico de consumo baseado no contrato anterior.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 16.597,44

8.1 O valor inicialmente estimado é de R\$ 76,84 por Metro Cúbico (m3), totalizando R\$ 16.597,44 anual para os serviços a serem prestados na Sede de Polícia Federal (Teresina-PI)

8.1.1 O valor foi estimado com base nos parâmetros informados no tópico 5.3, mais especificamente no critério I da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 conforme Art. 47, II da Lei 14.133/2021, O objeto da licitação deve ser parcelado em itens, quanto se considerar que a divisão do objeto é técnica e economicamente viável, dentre outros requisitos.

"Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado."

9.1.2 Tratando-se de 1 (um) item não há o que se cogitar em parcelar.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objeto deste processo administrativo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

1.1. A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, atualizado pela Portaria nº 4453/2014 - DG/DPF, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:

11.1.2. Apoio logístico efetivo

a. Dispor de sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas.

11.2 A referida contratação encontra-se ainda em perfeita consonância com o PGC/PAC 2022

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os resultados consistem em manter as Fossas Sépticas Limpas e consequentemente disponibilidade dos banheiros de forma higiênica, isto é, a disponibilidade das instalações prediais para os usuários internos e externos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbra nenhuma necessidade de adequação do ambiente do Órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Este Órgão demanda que a empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

14.2. Em termos de exigências verificamos aquelas constantes no tópico 4.5 deste documento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1 Os serviços elencados são tecnicamente viáveis, condicionados a disponibilidades orçamentaria.

15.1.2 A partir dos estudos realizados, declaramos viável a presente contratação, recomendamos a licitação na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, tipo SRP, tendo com critério de julgamento o menor preço.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DOGIVAL FERREIRA MORAIS

Pregoeiro

JOSE CLAUDIO BRAZ OLIVEIRA

Fiscal de contrato substituto

MIRANEIDE GONCALVES DOS SANTOS VERAS

Gestão de contratos

